

## Sul América Capitalização S.A. - SULACAP

CNPJ 03.558.096/0001-04



### Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S/A - SULACAP ("Companhia" ou "Sulacap"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. **1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira chegou ao fim de 2018 com uma melhor perspectiva para os próximos anos, mesmo não tendo apresentado sinais sólidos de retomada do crescimento ao longo do ano. O endividamento elevado, tanto do setor privado como do público, foi um dos principais direcionadores da lenta recuperação da economia, a despeito de alguns fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. Ademais, a economia brasileira foi submetida a choques adversos durante o ano - greve dos caminhoneiros, piora do cenário internacional e incerteza política - que influenciaram negativamente o ciclo de recuperação iniciado ainda na segunda metade de 2017, levando a uma perda de força da atividade econômica em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) em 2018 tenha crescido abaixo do estimado pelas projeções do início do ano, impactado por menores taxas de crescimento de consumo das famílias em função de um patamar de desemprego ainda elevado. Isso, somado a uma alta ociosidade do setor produtivo, não permitiu uma contribuição maior dos investimentos para a expansão do PIB. O segundo semestre do ano se mostrou mais promissor, indicando um ambiente mais favorável à retomada do crescimento. O cenário de emprego encerrou o ano com um saldo positivo de criação de vagas, após três anos consecutivos

com fechamento de posições. A inflação, medida pelo IPCA/IBGE, fechou em 3,75%, o segundo ano consecutivo abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central, permitindo que a autoridade monetária reduzisse a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos. A perspectiva do avanço de reformas econômicas após a eleição presidencial provocou uma melhora nas condições financeiras. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia, atingindo patamares próximos aos de períodos anteriores à recessão. O comprometimento com as políticas de reformas econômicas e fiscais será determinante para a manutenção deste otimismo observado. Olhando adiante, as expectativas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado, contando com um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos. Os fundamentos do consumo devem ganhar força, em linha com o fortalecimento do emprego e da renda, enquanto os investimentos voltarão a se recuperar estimulados pelo aumento da confiança dos empresários em um ambiente institucional mais favorável aos negócios.

#### 2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Receita líquida com títulos de capitalização	71,7	93,7	-23,5%
Variação das provisões técnicas	(0,6)	0,4	NA
Resultado do sorteio	(23,9)	(44,2)	45,9%
Custos de aquisição	(25,1)	(24,4)	-2,8%
Outras receitas e despesas operacionais	(7,0)	1,3	NA
Despesas administrativas, tributos	(39,6)	(41,4)	4,1%
Resultado financeiro	36,2	40,4	-10,4%
Resultado patrimonial	31,9	33,8	-5,5%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>30,8</b>	<b>56,5</b>	<b>-45,4%</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** A receita líquida com títulos de capitalização da Sulacap totalizou R\$71,7 milhões em 2018, 23,5% inferior à receita apresentada em 2017. O resultado com sorteio totalizou R\$23,9

milhões negativos em 2018 ante R\$44,2 milhões negativos no ano anterior, apresentando uma variação de 45,9%. Os custos de aquisição ficaram 2,8% acima do registrado em 2017. O resultado financeiro foi de R\$36,2 milhões, uma queda de 10,4% em relação ao exercício anterior. O lucro líquido no período foi de R\$30,8 milhões, 45,4% abaixo do apresentado em 2017.

#### 4. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício antes dos impostos e participações</b>	<b>36,9</b>	<b>59,7</b>
(-) Impostos e contribuições	(3,3)	(1,4)
(-) Participações	(2,7)	(1,8)
<b>Subtotal</b>	<b>30,8</b>	<b>56,5</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1,5)	(1,2)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>29,3</b>	<b>55,2</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	7,3	13,8
Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	7,3	-
Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	-	13,8
Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	-	0,6
Bruto	-	17,0
Imposto de renda	-	(2,6)
<b>Constituição da reserva estatutária</b>	<b>22,0</b>	<b>38,2</b>

**5. Investimentos:** Em 31/12/2018, a Companhia mantém investimentos diretos na Caixa Capitalização S.A., no montante de R\$83,3 milhões.

**6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de acionistas:** A Sul América Capitalização S.A. não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

### A ADMINISTRAÇÃO

#### Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2018	2017
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>	<b>17,1</b>	<b>71.650</b>	<b>93.693</b>
Arrecadação com títulos de capitalização	-	737.086	765.969
Variação da provisão para resgate	-	(665.436)	(672.276)
<b>Variação das provisões técnicas</b>	<b>-</b>	<b>(575)</b>	<b>425</b>
<b>Resultado do sorteio</b>	<b>-</b>	<b>(23.931)</b>	<b>(44.224)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>17,2</b>	<b>(25.082)</b>	<b>(24.408)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>17,3</b>	<b>(7.009)</b>	<b>1.325</b>
Outras receitas operacionais	-	10.462	6.569
Outras despesas operacionais	-	(17.471)	(5.244)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>17,4</b>	<b>(36.319)</b>	<b>(38.274)</b>
Pessoal próprio	-	(22.879)	(24.261)
Serviços de terceiros	-	(6.814)	(6.661)
Localização e funcionamento	-	(4.083)	(3.731)
Publicidade e propaganda	-	(1.639)	(2.221)
Publicações	-	(110)	(121)
Donativos e contribuições	-	(318)	(433)
Despesas administrativas diversas	-	(476)	(846)
<b>Despesas com tributos</b>	<b>17,5</b>	<b>(3.320)</b>	<b>(3.077)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>17,6</b>	<b>36.172</b>	<b>40.390</b>
Receitas financeiras	-	84.895	93.189
Despesas financeiras	-	(48.723)	(52.799)
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>31.937</b>	<b>33.807</b>
Receitas com imóveis de renda	-	4	4
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	-	(4)	(26)
Receitas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas	9	31.937	33.829
<b>Resultado operacional</b>	<b>-</b>	<b>43.523</b>	<b>59.657</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>	<b>17,7</b>	<b>(6.633)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>-</b>	<b>36.890</b>	<b>59.657</b>
Imposto de renda	17,8	122	(488)
Contribuição social	17,8	(3.435)	(910)
Participações sobre o lucro	-	(2.743)	(1.778)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>30.834</b>	<b>56.481</b>
Quantidade de ações	-	35	374
<b>Lucro líquido por ação</b>	<b>-</b>	<b>880,97</b>	<b>151,02</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>30.834</b>	<b>56.481</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>			
Perdas atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	18	(201)	(194)
Efeitos fiscais	18	81	78
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos, líquidas de perdas, não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	18	2.087	15.377
Efeitos fiscais	18	(835)	(6.125)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	(1.626)	11.949
<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>(494)</b>	<b>21.085</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>30.340</b>	<b>77.566</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Notas	2018	2017	Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Ativo circulante</b>		<b>842.994</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>672.432</b>
Disponível	-	3.578	Contas a pagar	-	42.482
Caixa e bancos	-	3.578	Obrigações a pagar	10,1	23.094
Aplicações	5	840.217	Impostos e encargos sociais a recolher	-	1.157
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	<b>5</b>	<b>840.217</b>	Encargos trabalhistas	-	1.534
Créditos das operações de capitalização	6	9.832	Impostos e contribuições	-	254
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>7</b>	<b>24.225</b>	Outras contas a pagar	10,2	16.443
Títulos e créditos a receber	7	9.275	<b>Débitos de operações com capitalização</b>	<b>-</b>	<b>471</b>
Créditos tributários e previdenciários	8	10.914	Débitos operacionais	-	471
Outros créditos	14,1	1.259	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>11</b>	<b>3.401</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>-</b>	<b>317</b>	<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>12</b>	<b>663.277</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>247.085</b>	Provisão para resgates	-	602.837
Realizável a longo prazo	-	128.596	Provisão para sorteio	-	51.489
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>-</b>	<b>117.174</b>	Provisão administrativa	-	8.951
Créditos tributários e previdenciários	8	18.353	<b>Outros débitos</b>	<b>-</b>	<b>1.491</b>
Depósitos judiciais e fiscais	15,1	110.243	Provisões judiciais	15,2	1.491
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>84.507</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>105.464</b>
Participações societárias	9,1	83.302	Contas a pagar	-	71.549
Imóveis destinados a renda	9,2	173	Obrigações a pagar	10,1	69.509
Outros investimentos	-	1.032	Outras contas a pagar	10,2	2.040
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>170</b>	<b>Outros débitos</b>	<b>-</b>	<b>50.318</b>
Imóveis de uso próprio	-	-	Provisões judiciais	15,2	50.318
Bens móveis	-	170	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>266.384</b>
<b>Intangível</b>	<b>-</b>	<b>10.708</b>	Capital social	16,1	216.620
Outros intangíveis	-	10.708	Reservas de capital	-	9
<b>Total do ativo</b>	<b>1.099.373</b>	<b>1.090.079</b>	Reservas de reavaliação	-	3.683
			Reservas de lucros	-	30.835
			Ajustes de avaliação patrimonial	-	15.237
			<b>Total do passivo</b>	<b>1.099.373</b>	<b>1.090.079</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2017</b>	<b>180.518</b>	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>34.870</b>	<b>37.891</b>	<b>72.761</b>	<b>(5.354)</b>	<b>-</b>	<b>251.617</b>
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	21.085	-	21.085
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>56.481</b>	<b>56.481</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>									
Reserva legal	-	-	-	1.232	-	1.232	-	(1.232)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	38.249	38.249	-	(38.249)	-
Juros sobre o capital próprio sendo R\$45.454,54 (em reais) por ação conforme RCA do dia 18/12/2017	-	-	-	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>180.518</b>	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>36.102</b>	<b>76.140</b>	<b>112.242</b>	<b>15.731</b>	<b>-</b>	<b>312.183</b>
Aumento de capital com reserva legal, conforme ata do dia 29/03/2018	36.102	-	-	(36.102)	-	(36.102)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(494)	-	(494)
Indenização por grupamento de ações	-	-	-	(20.491)	(20.491)	(20.491)	-	-	(20.491)
Distribuição de dividendos, sendo R\$1.380.708,85 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 24/07/2018	-	-	-	-	(48.325)	(48.325)	-	-	(48.325)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.834</b>	<b>30.834</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>									
Dividendos obrigatórios antecipados pagos, sendo R\$209.230,08 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 24/07/2018	-	-	-	-	-	-	-	(7.323)	(7.323)
Reserva legal	-	-	-	1.542	-	1.542	-	(1.542)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	21.969	21.969	-	(21.969)	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>216.620</b>	<b>9</b>	<b>3.683</b>	<b>1.542</b>	<b>29.293</b>	<b>30.835</b>	<b>15.237</b>	<b>-</b>	<b>266.384</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

Descrição	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>30.834</b>	<b>56.481</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	718	193
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	6.801	-
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(168)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	(31.937)	(33.829)
Outros ajustes	2.432	2.011
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(35.248)	(53.770)
Créditos das operações de capitalização	5.624	2.809
Créditos fiscais e previdenciários	(5.775)	3.236
Depósitos judiciais e fiscais	946	1.406
Despesas antecipadas	(305)	20
Outros ativos	1.770	(2.276)
Outras contas a pagar	11.544	(1.597)
Débitos de operações com capitalização	275	(288)
Depósitos de terceiros	1.591	(1.110)
Provisões técnicas - capitalização	36.988	22.387
Provisões judiciais	10.380	(4.407)
<b>Caixa gerado/ (consumido) pelas operações</b>	<b>36.470</b>	<b>(8.735)</b>
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	59.454	29.997
Impostos sobre o lucro pagos	(10.267)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>85.657</b>	<b>21.262</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Recebimento pela venda:</b>		
Imobilizado	119	256
Intangível	(1.593)	(4.926)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(1.474)</b>	<b>(4.670)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(70.098)	(17.000)
Outros	(10.826)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(80.924)</b>	<b>(17.000)</b>
<b>Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.259</b>	<b>(408)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>319</b>	<b>727</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>3.578</b>	<b>319</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional, pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com produtos de capitalização. A Companhia também atua na participação em outras sociedades. A Companhia é controlada pela Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ), que possui 100% de participação total da Companhia e tem como acionista controlador indireto a Sul América S.A. (SASA), que tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e que detém

continuação

## Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.4. Participações societárias:** Reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustadas pela redução ao valor recuperável e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. **3.5. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 10 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.7. Provisões técnicas de capitalização:** As provisões técnicas são constituídas e atualizadas mensalmente, de acordo com as notas técnicas, observadas as regulamentações vigentes, e estão apresentadas no passivo circulante em função do prazo de vigência da maior parte dos títulos ser 12 meses, de acordo com o determinado pela SUSEP, conforme a seguir: **3.7.1. Provisão matemática para capitalização (PMC):** A PMC é constituída para a cobertura dos valores garantidos para o resgate, com base nos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em contrato. **3.7.2. Provisão para resgates (PR):** A PR é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, devendo contemplar tanto os títulos vencidos, títulos cancelados quanto os títulos antecipados e deve ser atualizada conforme previsto contratual até a efetiva liquidação do resgate. **3.7.3. Provisão para sorteios a realizar (PSR):** A PSR é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados. A PSR deve ser atualizada de acordo com os critérios definidos em contrato. **3.7.4. Provisão para sorteios a pagar (PSP):** A PSP é constituída a partir da data de realização do sorteio devendo ser atualizada conforme previsto contratual até o efetivo pagamento dos títulos sorteados. **3.7.5. Provisão para despesas administrativas (PDA):** A PDA é constituída para a cobertura dos valores esperados para as despesas administrativas dos planos de capitalização. Com base em um histórico de informações é projetado o valor presente esperado das despesas administrativas futuras. As projeções são efetuadas considerando apenas as despesas necessárias à manutenção do negócio. **3.8. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.8.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR) no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SE-LIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.8.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Contas a pagar - obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos, estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefício pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.10. Incentivos em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito à bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com o correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 13.2). **3.11. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais, à constituição de créditos tributários e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5); • Créditos tributários e previdenciários (nota 8.1); e • Ações fiscais (nota 15.2). **3.13. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fi-

zeram parte da carteira de processos da Companhia. No caso de contas como “Depósitos de terceiros”, devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.14. Normas emitidas e revisadas:** **3.14.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2018. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes – Em vigor a partir de 01/01/2018; e • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações – Em vigor a partir de 01/01/2018. Com relação ao IFRS 15 / CPC 47 a SUSEP já aprovou tal normativo contábil – Circular SUSEP 561/2017 – no entanto, em sua aprovação manteve a contabilização da operação de capitalização nos moldes atuais a partir de 01/01/2018. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2018 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2021. A SUSEP ainda não aprovou tais normativos, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alterações ao CPC 36 – Demonstrações consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 – Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 – Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa, além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios especificamente na região sudeste, devido à localização do polo econômico do país. A tabela abaixo demonstra a concentração da arrecadação com títulos de capitalização da Companhia por unidade da federação.

UF	Representatividade			
	2018	%	2017	%
SP	258.328	35,06%	320.512	41,85%
MG	75.712	10,27%	74.141	9,68%
RJ	119.272	16,19%	118.869	15,52%
SC	36.558	4,96%	20.977	2,74%
PR	41.677	5,65%	43.447	5,67%
DF	37.173	5,04%	35.734	4,67%
RS	21.151	2,87%	20.249	2,64%
CE	84.051	11,40%	79.910	10,43%
BA	9.377	1,27%	9.228	1,20%
GO	17.568	2,38%	15.770	2,06%
Outros	36.219	4,91%	27.132	3,54%
<b>Total</b>	<b>737.086</b>	<b>100,00%</b>	<b>765.969</b>	<b>100,00%</b>

Descrição	Sem	Mais de 01	Mais de 2	Mais de 05	Valor de curva / custo	Ganho ou Valor
	venci-mento	Até 01 ano	ano e até 02 anos	anos e até 05 anos		
<b>Instrumentos financeiros</b>						
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>63.072</b>	<b>7.677</b>	<b>129.796</b>	<b>585.004</b>	<b>9.714</b>	<b>840.217</b>
Valor justo por meio do resultado	63.072	–	–	–	–	63.072
Disponível para venda	–	7.677	129.796	585.004	9.714	777.145
<b>Crédito das operações de capitalização (a)</b>	<b>–</b>	<b>9.167</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>9.167</b>
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>–</b>	<b>12.986</b>	<b>3.189</b>	<b>9.569</b>	<b>2.658</b>	<b>–</b>
<b>Títulos de capitalização</b>	<b>–</b>	<b>663.277</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>663.277</b>
Provisões técnicas	–	663.277	–	–	–	663.277

Descrição	Sem	Mais de 01	Mais de 2	Mais de 05	Valor de curva / custo	Ganho ou Valor
	venci-mento	Até 01 ano	ano e até 02 anos	anos e até 05 anos		
<b>Instrumentos financeiros</b>						
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>37.067</b>	<b>183.565</b>	<b>22.155</b>	<b>515.768</b>	<b>2.022</b>	<b>802.882</b>
Valor justo por meio do resultado	37.067	–	–	–	–	37.067
Disponível para venda	–	183.565	22.155	515.768	2.022	765.815
<b>Crédito das operações de capitalização (a)</b>	<b>–</b>	<b>14.655</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>14.655</b>
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>–</b>	<b>12.747</b>	<b>3.084</b>	<b>9.251</b>	<b>5.654</b>	<b>–</b>
<b>Títulos de capitalização</b>	<b>–</b>	<b>626.289</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>626.289</b>
Provisões técnicas	–	626.289	–	–	–	626.289

(a) Considera o contas a receber de capitalização a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável.

**4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Nos produtos de Capitalização, o risco de subscrição inclui, entre outros, a possibilidade de perdas associadas ao pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries abertas que não foram vendidas integralmente e o risco das despesas administrativas superarem a esperada inicialmente. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados na Companhia. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente, a Companhia possui Modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, deste processo, as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos ou inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em capitalização:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de capitalização. As variáveis de medição escolhidas para representar as possíveis oscilações citadas são: despesas administrativas, custos de aquisição e variações das provisões para resgate.

Premissas	2018	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(1.417)	(779)
Aumento de 5% nas variações das provisões para resgate	(33.272)	(18.299)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(1.254)	(690)
Redução de 5% nas despesas administrativas	1.417	779
Redução de 5% nas variações das provisões para resgate	33.272	18.299
Redução de 5% nos custos de aquisição	1.254	690

Premissas	2017	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(916)	(504)
Aumento de 5% nas variações das provisões para resgate	(33.614)	(18.488)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(1.220)	(671)
Redução de 5% nas despesas administrativas	916	504
Redução de 5% nas variações das provisões para resgate	33.614	18.488
Redução de 5% nos custos de aquisição	1.220	671

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo, coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos e comportamento dos clientes. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas; e • As provisões técnicas matemáticas apresentaram a movimentação que pode ser observada na nota 12.1. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos, bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores de resgates e sorteios frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisões e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2018 e 2017: **Alocação dos investimentos por indexador:**

Indexador	2018	2017
SELIC/CDI	321.443	399.354
IPCA	15.705	14.103
Pré-fixado	502.611	388.865
Outros	458	560
<b>Total</b>	<b>840.217</b>	<b>802.882</b>

**4.3.1. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar temporariamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2018 e 2017.

Descrição	Sem	Mais de 01	Mais de 2	Mais de 05	Valor de curva / custo	Ganho ou Valor
	venci-mento	Até 01 ano	ano e até 02 anos	anos e até 05 anos		
<b>2018</b>						
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>63.072</b>	<b>7.677</b>	<b>129.796</b>	<b>585.004</b>	<b>9.714</b>	<b>840.217</b>
Aplicações financeiras	63.072	–	–	–	–	63.072
Disponível para venda	–	7.677	129.796	585.004	9.714	777.145
<b>Crédito das operações de capitalização (a)</b>	<b>–</b>	<b>9.167</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>9.167</b>
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>–</b>	<b>12.986</b>	<b>3.189</b>	<b>9.569</b>	<b>2.658</b>	<b>–</b>
<b>Títulos de capitalização</b>	<b>–</b>	<b>663.277</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>663.277</b>
Provisões técnicas	–	663.277	–	–	–	663.277

Descrição	Sem	Mais de 01	Mais de 2	Mais de 05	Valor de curva / custo	Ganho ou Valor
	venci-mento	Até 01 ano	ano e até 02 anos	anos e até 05 anos		
<b>2017</b>						
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>37.067</b>	<b>183.565</b>	<b>22.155</b>	<b>515.768</b>	<b>2.022</b>	<b>802.882</b>
Aplicações financeiras	37.067	–	–	–	–	37.067
Disponível para venda	–	183.565	22.155	515.768	2.022	765.815
<b>Crédito das operações de capitalização (a)</b>	<b>–</b>	<b>14.655</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>14.655</b>
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>–</b>	<b>12.747</b>	<b>3.084</b>	<b>9.251</b>	<b>5.654</b>	<b>–</b>
<b>Títulos de capitalização</b>	<b>–</b>	<b>626.289</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>626.289</b>
Provisões técnicas	–	626.289	–	–	–	626.289

continuação

## Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar de a distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. 4.4. **Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas. 4.4.1. **Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2018 99,95% (97,78% em 2017) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado.

Descrição	2018	2017
Renda fixa pública "risco soberano"	821.512	779.920
AAA	18.248	5.102
AA+ até AA-	-	17.099
Outros	457	761
<b>Total</b>	<b>840.217</b>	<b>802.882</b>

4.5. **Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha de defesa contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Em 2018, foi criada a área de Controles Internos com o objetivo de dar suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica e os controles materiais e relevantes têm sua eficácia testada podendo gerar planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessários. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados.

4.6. **Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. 4.6.1. **Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial, baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago caso

a causa fosse perdida (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. 4.6.2. **Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de Compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. 4.7. **Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2018 e 2017, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores.

Descrição	2018	2017
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>266.384</b>	<b>312.183</b>
<b>Deduções:</b>		
Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras	(83.302)	(112.831)
Despesas antecipadas	(317)	(12)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido(**)	(14.922)	-
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	(1.808)
Ativos intangíveis	(10.708)	(8.725)
Obras de arte	(1.032)	(1.032)
<b>Ajustes Econômicos</b>	<b>13.631</b>	<b>6.770</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b>	<b>169.734</b>	<b>194.545</b>
<b>Capital base (b)</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
<b>Capital de risco (c)</b>	<b>31.793</b>	<b>31.326</b>
<b>Capital de risco de subscrição (d)</b>	<b>6.101</b>	<b>4.480</b>
<b>Capital de risco operacional (e)</b>	<b>4.938</b>	<b>5.132</b>
<b>Capital de risco de crédito (f)</b>	<b>9.883</b>	<b>13.038</b>
<b>Capital de risco de mercado (g)</b>	<b>19.284</b>	<b>16.994</b>
<b>CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)</b>	<b>31.793</b>	<b>31.326</b>
<b>Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h)</b>	<b>137.941</b>	<b>163.219</b>
<b>Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a)</b>	<b>81,27%</b>	<b>83,90%</b>

(\*) Foram realizados ajustes nas premissas utilizadas no cálculo do risco de mercado, resultando em uma redução de R\$36 no capital de risco de mercado. Com consequente impacto de R\$29 nas linhas de Capital de risco, CMR e Suficiência de capital. Tais ajustes não afetaram, de forma significativa, a suficiência da Companhia; e (\*\*) Introduzido pela CNSP 343/2016. Em 31/12/2018, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$176.482 (R\$176.033 em 2017), que correspondem a 555,10% (561,94% em 2017) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP 321/2015. 5. **Aplicações:** 5.1. **Composição das aplicações:**

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	-	-	17.943	18.248	-	18.248
Letras financeiras	-	-	17.943	18.248	119,00%CDI	18.248
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	-	-	729.770	758.897	-	758.897
Letras financeiras do tesouro	-	-	240.585	240.581	SELIC	240.581
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	-	-	261.734	273.830	11,21%a.a.	273.830
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Série F - Pré-fixado	-	-	211.929	228.782	12,03%a.a.	228.782
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	15.522	15.704	IPCA+5,04%a.a.	15.704
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>63.072</b>	<b>63.072</b>	-	-	-	<b>63.072</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	63.072	63.072	-	-	-	63.072
<b>Subtotal</b>	<b>63.072</b>	<b>63.072</b>	<b>747.713</b>	<b>777.145</b>	-	<b>840.217</b>
<b>Percentual total contábil</b>	-	<b>7,51%</b>	-	<b>92,49%</b>	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	<b>840.217</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-	-	<b>840.217</b>

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	-	-	21.701	22.201	-	22.201
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	-	-	5.039	5.102	109,2%CDI	5.102
Letras financeiras	-	-	16.662	17.099	119%CDI	17.099
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	-	-	716.767	743.614	-	743.614
Letras financeiras do tesouro	-	-	340.578	340.646	SELIC	340.646
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	-	-	152.012	163.487	13,95%a.a.	163.487
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Série F - Pré-fixado	-	-	209.219	225.378	12,01%a.a.	225.378
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	14.958	14.103	IPCA+5,04%a.a.	14.103
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>37.067</b>	<b>37.067</b>	-	-	-	<b>37.067</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	37.067	37.067	-	-	-	37.067
<b>Subtotal</b>	<b>37.067</b>	<b>37.067</b>	<b>738.468</b>	<b>765.815</b>	-	<b>802.882</b>
<b>Percentual total contábil</b>	-	<b>4,62%</b>	-	<b>95,38%</b>	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	<b>802.882</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-	-	<b>802.882</b>

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundo de investimentos de renda fixa.

## 5.2. Movimentação das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	Total	Fatores de risco	VaR 95% DV01=0,01%
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil				
<b>Saldo em 01/01/2017</b>	<b>60.571</b>	<b>673.164</b>	<b>733.735</b>			
Aplicações	6.545	154.276	160.821			
Rendimentos resgate	(4.007)	(63.142)	(67.149)			
Principal resgate	(30.155)	(89.743)	(119.898)			
Resultado financeiro	4.127	75.883	80.010			
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	-	15.377	15.377			
Ajustes no patrimônio líquido	(14)	-	(14)			
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>37.067</b>	<b>765.815</b>	<b>802.882</b>			
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>37.067</b>	<b>765.815</b>	<b>802.882</b>			
Aplicações	51.759	327.907	379.666			
Rendimentos resgate	(3.341)	(104.727)	(108.068)			
Principal resgate	(25.444)	(282.950)	(308.394)			
Resultado financeiro	3.163	69.013	72.176			
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(132)	-	(132)			
Ajustes no patrimônio líquido	-	2.087	2.087			
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>63.072</b>	<b>777.145</b>	<b>840.217</b>			

5.3. **Análise de sensibilidade das aplicações:** As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são: (i) A metodologia de Value at Risk (VaR) Paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR Paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera ( $\Delta P$ ) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As tabelas a seguir apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e do ganho ou perda com a oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	-	63.072	63.072
Disponível para venda	758.897	18.248	777.145
<b>Total</b>	<b>758.897</b>	<b>81.320</b>	<b>840.217</b>

Descrição	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	-	37.067	37.067
Disponível para venda	743.614	22.201	765.815
<b>Total</b>	<b>743.614</b>	<b>59.268</b>	<b>802.882</b>

6. **Créditos das operações de capitalização:** Em 31/12/2018, representam créditos a receber de parcerias comerciais relativos a determinados produtos da Companhia, no valor de R\$9.832 (R\$15.456 em 2017). Os referidos créditos são liquidados financeiramente, na maioria dos casos, deduzidos dos resgates devidos aos referidos parceiros.

Descrição	2018	2017
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 01 e 30 dias	5.252	6.908
A vencer entre 31 e 60 dias	3.915	7.747
<b>Total</b>	<b>9.167</b>	<b>14.655</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>9.167</b>	<b>14.655</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 01 e 30 dias	496	744
Vencidos entre 31 e 60 dias	169	57
Vencidos acima de 60 dias	177	175
<b>Total</b>	<b>842</b>	<b>976</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(177)</b>	<b>(175)</b>
<b>Total vencidos</b>	<b>665</b>	<b>801</b>
<b>Total de créditos das operações de capitalização</b>	<b>10.009</b>	<b>15.631</b>
<b>Total de redução ao valor recuperável</b>	<b>(177)</b>	<b>(175)</b>
<b>Total</b>	<b>9.832</b>	<b>15.456</b>

## 7. Títulos e créditos a receber:

Descrição	2018	2017
Contas a receber de corretores	2.175	4.491
Contas a receber da venda de imóveis	968	1.070
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (a)	8.283	7.899
Outras contas a receber	2.117	1.691
Redução ao valor recuperável (b)	(4.268)	(4.493)
<b>Total</b>	<b>9.275</b>	<b>10.658</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.275</b>	<b>10.658</b>

(a) Dividendos a receber de parte relacionada conforme descrito na nota 13; e (b) Em 31/12/2018 representam redução ao valor recuperável de créditos a receber de corretores o montante de R\$2.174 (R\$2.399 em 2017), de contas a receber da venda de imóveis o montante de R\$968 (R\$968 em 2017) e de outras contas a receber R\$1.126 (R\$1.126 em 2017).

## 8. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos:

Descrição	2018	2017
Tributos a compensar / recuperar (nota 8.2)	13.729	15.249
Créditos tributários (8.3)	34.613	28.910
Débitos tributários (8.3)	(19.075)	(20.667)
<b>Total</b>	<b>29.267</b>	<b>23.492</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.914</b>	<b>12.486</b>
<b>Não circulante</b>	<b>18.353</b>	<b>11.006</b>

Os créditos tributários são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

## 8.2. Tributos a compensar / recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	11.329	5.701	529	(9.338)	8.221
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	4.056	3.473	490	(3.359)	4.660
Programa de Integração Social - PIS	2.277	-	91	-	2.368
<b>Total</b>	<b>17.662</b>	<b>9.174</b>	<b>1.110</b>	<b>(12.697)</b>	<b>15.249</b>
<b>Circulante</b>					<b>12.486</b>
<b>Não circulante</b>					<b>2.763</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	8.221	396	351	(640)	8.328
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	4.660	150	202	(2.237)	2.775
Programa de Integração Social - PIS	2.368	254	514	(510)	2.626
<b>Total</b>	<b>15.249</b>	<b>800</b>	<b>1.067</b>	<b>(3.387)</b>	<b>13.729</b>
<b>Circulante</b>					<b>10.914</b>
<b>Não circulante</b>					<b>2.815</b>

8.3. **Movimentação dos créditos e débitos tributários:** As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2017	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2017
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	17.791	5.462	(3.465)	19.788
Redução ao valor recuperável de créditos	2.413	300	(785)	1.928
Provisões	1.476	1.415	(597)	2.294
Participações nos lucros	144	142	(72)	214
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	2.801	92	(15)	2.878
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>24.625</b>	<b>7.411</b>	<b>(4.934)</b>	<b>27.102</b>
<b>Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social</b>	<b>1.808</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.808</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>26.433</b>	<b>7.411</b>	<b>(4.934)</b>	<b>28.910</b>
Atualizações de depósitos judiciais	(5.161)	(2.112)	-	(7.273)
Ganho com ajuste a valor de mercado	(7.268)	(10.986)	4.860	(13.394)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(12.429)</b>	<b>(13.0</b>		

continuação

## Sul América Capitalização S.A. - SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

## 9. Participações societárias:

	Caixa Capitalização S.A.	
<b>Saldo em 01/01/2017</b>	<b>97.449</b>	
Dividendos	(30.396)	
Equivalência patrimonial (a) (b)	33.829	
Ajustes de avaliação patrimonial (c)	11.949	
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>112.831</b>	
Dividendos	(59.840)	
Equivalência patrimonial (a) (b)	31.937	
Ajustes de avaliação patrimonial (c)	(1.626)	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>83.302</b>	

	2018	2017
<b>Descrição</b>	<b>Caixa Capitalização S.A.</b>	<b>Total</b>
Ativo	3.396.211	-
Passivo	3.056.203	-
Patrimônio líquido	340.008	-
Receita líquida	1.399.268	-
Lucro líquido do exercício	142.342	-
Percentual de participação (%)	24,50%	-
Valor contábil do investimento	83.302	83.302
Quantidade de ações ordinárias	1.960	-

	2018	2017
<b>Descrição</b>	<b>Caixa Capitalização S.A.</b>	<b>Total</b>
Ativo	3.306.743	-
Passivo	2.858.197	-
Patrimônio líquido	448.546	-
Receita líquida	1.212.831	-
Lucro líquido do exercício	135.749	-
Percentual de participação (%)	24,50%	-
Valor contábil do investimento	112.831	112.831
Quantidade de ações ordinárias	1.960	-

9.2. Imóveis destinados a renda: A variação na rubrica "Imóveis destinados a renda" refere-se a redução ao valor recuperável de imóveis destinados a renda, conforme nota 17.7. 10. Contas a pagar: 10.1. Obrigações a pagar:

	2018	2017
<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Obrigações fiscais (vide nota 15.3)	54.092	52.860
Refinanciamento fiscal - REFIS (a)	28.402	30.736
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	14.450
Participações no lucro	2.554	1.959
Demais	7.555	6.736
<b>Total</b>	<b>92.603</b>	<b>106.741</b>
<b>Circulante</b>	<b>23.094</b>	<b>35.892</b>
<b>Não circulante</b>	<b>69.509</b>	<b>70.849</b>

12.2. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

	2018	2017
<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Provisões técnicas</b>	<b>663.277</b>	<b>626.289</b>
<b>Ativos dados em garantia:</b>		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	62.614	36.508
Títulos de renda fixa - públicos	758.897	743.613
Títulos de renda fixa - privados	18.248	22.201
<b>Total de ativos</b>	<b>839.759</b>	<b>802.322</b>
<b>Ativos vinculados em excesso</b>	<b>176.482</b>	<b>176.033</b>

13. Partes relacionadas: 13.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2018	2017	2018	2017
Sul América S.A. (c) (h)	Indireta	Sulasapar Participações S.A.	1.280	-	1.373	582
Caixa Capitalização S.A. (f)	Coligada	Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.	8.283	7.899	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (d) (h) (j)	Controladora indireta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	2	13	19	789
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	51	50
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	103	102
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (i)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	13.639
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (g) (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	920	1.495	606	543
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (h) (j)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	110	281	1.295	1.132
Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (b)	Outros	Outros	-	-	-	-
Gouveia Vieira Advocacia (b)	Outros	Outros	-	-	1.552	-
Almeida e Silva Gouveia Vieira Advogados Associados (b)	Outros	Outros	-	-	-	-
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (b)	Outros	Outros	-	-	-	-
Demais companhias associadas (i)	Outros	Outros	-	-	-	811
<b>Total</b>			<b>10.595</b>	<b>9.688</b>	<b>4.999</b>	<b>17.648</b>

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2018	2017	2018	2017
Sul América S.A. (c) (h)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	1.280	-	(1.202)	-
Caixa Capitalização S.A. (f)	Coligada	Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.	-	-	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (d) (h) (j)	Controladora indireta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	639	1.725	(837)	(1.911)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(647)	(601)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (e)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(1.314)	(1.220)
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (i)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (g) (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	5.449	5.764	(4.621)	(4.756)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(828)	(1.175)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (h) (j)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	618	1.626	(2.524)	(3.130)
Escritório de Advocacia Gouveia Vieira (b)	Outros	Outros	-	-	-	(12)
Gouveia Vieira Advocacia (b)	Outros	Outros	-	-	(55)	(41)
Almeida e Silva Gouveia Vieira Advogados Associados (b)	Outros	Outros	-	-	(2)	(2)
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (b)	Outros	Outros	-	-	-	(4)
Demais companhias associadas (i)	Outros	Outros	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>7.986</b>	<b>9.115</b>	<b>(12.030)</b>	<b>(12.852)</b>

(a) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (b) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário; (c) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2018 são de R\$54.092 (R\$52.860 em 2017), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (nota 10.1). 15.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2018 e 2017 são: PIS: A Companhia questionou e depositou judicialmente a contribuição do PIS, instituída pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, com a incidência de 0,75% sobre a receita bruta. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a expectativa de perda dos processos relativos às Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em fevereiro de 1999, com a promulgação da Lei nº 9.701/1998 e da Lei nº 9.718/1998, a base de cálculo do PIS foi ampliada em função do novo conceito de receita bruta. A Companhia questionou a constitucionalidade da expansão da carga tributária do PIS, com base na Lei Complementar nº 07/1970 e vem provisionando e depositando judicialmente os valores devidos. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a expectativa de perda da demanda em relação à receita da atividade e remota em relação à receita financeira. CSLL: Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da CSLL a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. A Companhia obteve decisão desfavorável transitada em julgado e aguarda a conversão em renda dos valores depositados. 15.4. Provisões judiciais: A principal ação com provisão judicial em 31/12/2018 e 2017 é: INSS: A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de capitalização, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentações/alterações posteriores, por entender que os serviços de corretagem de capitalização não são prestados às empresas de capitalização, estando desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, do artigo 22, da Lei nº 8.212/1991 com nova redação contida na Lei nº 9.876/1999. Os processos encontram-se no STF aguardando o julgamento de recursos da Companhia. Os valores devidos encontram-se integralmente provisionados até maio de 2015. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. 15.5.

(a) Refinanciamento fiscal - REFIS: Em 27 de maio de 2009, a Lei nº 11.941 instituiu o "NOVO REFIS" destinado à regularização de débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os quais poderiam ser pagos à vista ou parcelado em até 180 meses, com benefícios de redução dos juros e/ou da multa de mora e de ofício. O percentual do benefício da redução estava associado diretamente ao prazo de pagamento. O parcelamento previa ainda a opção da liquidação dos valores correspondentes à multa de mora ou de ofício, e aos juros moratórios, inclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de crédito tributário de prejuízo fiscal de imposto de renda e da base negativa de contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, com o objetivo de parcelar valores de principal devidos relativos basicamente à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), os quais se encontravam em discussão nas esferas administrativa ou judicial. O montante total das obrigações incluído no "NOVO REFIS", na data da adesão, foi de R\$20.411 (líquido da redução dos benefícios previstos), sendo R\$17.620 correspondente a valores que já estavam registrados como provisões e R\$2.791 de principal cuja provisão foi constituída quando da adesão ao "NOVO REFIS". Em 09 de outubro de 2013, a Lei nº 12.865 promoveu a reabertura dos prazos estabelecidos na Lei nº 11.941 citada acima. Em dezembro de 2013, a Companhia incluiu novos valores relativos à CSLL e ao IRPJ, que estavam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas foi de R\$6.874 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos

12. Provisões técnicas: 12.1. Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgates (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão complementar de sorteio (PCS)	Provisão para despesas administrativas (PDA)	Total
<b>Saldo em 01/01/2017</b>	<b>520.423</b>	<b>15.811</b>	<b>121</b>	<b>58.745</b>	<b>-</b>	<b>8.802</b>	<b>603.902</b>
Constituições	677.237	-	44.704	44.890	1	(426)	-
Cancelamentos/prescrições	(4.961)	(1.012)	-	(3.210)	(1)	-	-
Transferência entre provisões	(676.879)	676.879	-	-	-	-	-
Pagamentos / baixas	(2.308)	(679.461)	(44.921)	(43.162)	-	-	-
Atualização monetária / juros	32.912	1.535	207	363	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>546.424</b>	<b>13.752</b>	<b>111</b>	<b>57.626</b>	<b>-</b>	<b>8.376</b>	<b>626.289</b>
Constituições	671.386	-	24.510	24.027	3	575	-
Cancelamentos/prescrições	(5.943)	(1.148)	-	(6.888)	(3)	-	-
Transferência entre provisões	(650.196)	650.196	-	-	-	-	-
Pagamentos / baixas	(2.421)	(652.615)	(24.603)	(23.414)	-	-	-
Atualização monetária / juros	32.070	1.332	103	17	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>591.320</b>	<b>11.517</b>	<b>121</b>	<b>51.368</b>	<b>-</b>	<b>8.951</b>	<b>663.277</b>

emissão da SASA; (d) Refere-se ao seguro saúde e odontológico dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente à taxa de administração de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (f) Valor referente aos dividendos a receber ou a pagar entre acionistas, titulares ou sócios; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal e ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente à venda de títulos de capitalização, na modalidade incentivo, liquidados mensalmente e resgatados 60 dias após a data da aquisição; (i) Valor referente a juros sobre capital próprio a ser distribuído ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica; e (j) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da Matriz e sede Pinheiros entre companhias da SulAmérica. Os recursos detidos em aplicação nos fundos administrados pela Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., controlada da Sul América Companhia de Seguro Saúde, pelo pessoal-chave da administração da SulAmérica monta R\$70.514 em 31/12/2018 (R\$63.911 em 2017). Até 31/12/2018, a Companhia recebeu de sua coligada Caixa Capitalização S.A. dividendos no montante de R\$59.454 (R\$29.997 em 2017) e pagou dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas no montante de R\$70.098 (R\$17.000 de juros sobre capital próprio em 2017), sendo R\$69.519 (R\$16.045 em 2017) para a Sul América Santa Cruz Participações S.A. e R\$579 (R\$955 em 2017) para os demais acionistas. 13.2. Remuneração da administração: A Administração incluiu os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo em ações (a)	Total
--	---	------------------------	------------------------	-------

<b>Contas a pagar</b>				
2018	1.481	1.353	490	3.324
2017	1.237	1.328	582	3.147

<b>Despesas</b>				
2018	(3.011)	(145)	(443)	(3.599)
2017	(2.663)	(1.086)	(259)	(4.008)

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.10). 14. Compromissos e ônus a liquidar: 14.1. Outros créditos: Em 31/12/2018, o saldo de R\$1.259 (R\$1.181 em 2017) da rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, é composto, principalmente, por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$971 (R\$981 em 2017). 14.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 12.2. 15. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2018 e 2017, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

15.1. Depósitos judiciais e fiscais:

	2018	2017
<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Fiscais:</b>		
COFINS	34	33
PIS	25.863	24.886
CSLL	39.387	38.172
IRPJ	16.522	16.205
Outros	166	159
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS	10.589	10.289
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	10.168	9.784
Ações cíveis	7.514	6.820
<b>Total</b>	<b>110.243</b>	<b>106.168</b>
<b>Não circulante</b>	<b>110.243</b>	<b>106.168</b>

15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

	Saldos em 01/01/2017	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2017
<b>Descrição</b>					
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	10.006	8.625	1.262	(8.458)	11.435
Honorários	1.017	989	-	(846)	1.160
Trabalhistas	10.511	2.231	606	(2.455)	10.893
Outros	1.045	1.631	137	(945)	1.868
<b>Subtotal</b>	<b>22.579</b>	<b>13.476</b>	<b>2.005</b>	<b>(12.704)</b>	<b>25.356</b>
<b>Tributárias (a)</b>					
PIS	21.790	174	1.149	(391)	22.722
CSLL	23.036	191	2.007	-	25.234
INSS	9.806	-	482	-	10.288
Honorários	4.591	115	198	-	4.904
<b>Subtotal</b>	<b>59.223</b>	<b>480</b>	<b>3.836</b>	<b>(391)</b>	<b>63.148</b>
<b>Total</b>	<b>81.802</b>	<b>13.956</b>	<b>5.841</b>	<b>(13.095)</b>	<b>88.504</b>
<b>Circulante</b>					<b>1.029</b>
<b>Não circulante</b>					<b>87.475</b>

	Saldos em 01/01/2017	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/baixas	Saldos em 31/12/2018
<b>Descrição</b>					
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	11.435	14.286	2.637	(3.582)	24.776
Honorários	1.160	1.692	-	(358)	2.494
Trabalhistas	10.893	860	545	(406)	11.892
Outros	1.868	231	126	(166)	2.059
<b>Subtotal</b>	<b>25.356</b>	<b>17.069</b>	<b>3.308</b>	<b>(4.512)</b>	<b>41.221</b>
<b>Tributárias (a)</b>					
PIS	22.722	169	738	-	23.

continuação

## Sul América Capitalização S.A. – SULACAP | CNPJ 03.558.096/0001-04

Descrição	2018	2017
Arrecadação com título de capitalização	744.140	772.095
Devolução e cancelamentos com títulos de capitalização	(7.054)	(6.126)
Varição da provisão para resgates	(665.436)	(672.276)
<b>Total</b>	<b>71.650</b>	<b>93.693</b>

## 17.2. Custos de aquisição:

Descrição	2018	2017
Despesas de corretagem	(22.366)	(20.982)
Despesas de custeamentos de venda	(2.716)	(3.426)
<b>Total</b>	<b>(25.082)</b>	<b>(24.408)</b>

## 17.3. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2018	2017
Receita com resgates de títulos de capitalização	2.421	2.308
Receita com prescrição de exigibilidade	8.036	4.213
Despesas com provisões cíveis (a)	(14.272)	(4.190)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.194)	(1.006)
<b>Total</b>	<b>(7.009)</b>	<b>1.325</b>

(a) A variação nesta linha deve-se à reavaliação realizada pela Companhia das ações judiciais cíveis já provisionadas. 17.4. Despesas administrativas:

Descrição	2018	2017
Pessoal próprio	(22.564)	(24.004)
Incentivo de ações	(443)	(259)
Serviço de terceiros	(6.814)	(6.661)
Localização e funcionamento	(3.956)	(3.731)
Outras despesas administrativas	(2.431)	(3.703)
Processos Trabalhistas	(111)	84
<b>Total</b>	<b>(36.319)</b>	<b>(38.274)</b>

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários da diretoria):

Descrição	2018	2017
Remunerações	(10.970)	(11.035)
Encargos sociais	(3.736)	(4.232)
Indenizações e rescisões	(866)	(1.284)
Vale alimentação, refeição e transporte	(2.539)	(1.195)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(751)	(1.179)
Previdência Privada	(326)	(1.249)
Outros benefícios	(221)	(501)
<b>Total</b>	<b>(19.409)</b>	<b>(20.675)</b>

## 17.5. Despesas com tributos:

Descrição	2018	2017
COFINS	(2.327)	(2.244)
PIS	(139)	26
Taxa de fiscalização - SUSEP	(518)	(513)
Outros	(336)	(346)
<b>Total</b>	<b>(3.320)</b>	<b>(3.077)</b>

## 17.6. Resultado financeiro por categoria: 17.6.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2018	2017
Títulos e valores mobiliários	72.176	80.010
Valor justo por meio do resultado	3.163	4.127
Disponível para venda	69.013	75.883
<b>Operações de capitalização</b>	<b>(33.529)</b>	<b>(35.088)</b>
Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	235	(1.312)
Outros	(2.710)	(3.220)
<b>Total</b>	<b>36.172</b>	<b>40.390</b>

**Conselho de Administração: Presidente:** Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; e Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretoria: Diretor Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretor Vice-Presidente:** André Luiz Lauzana dos Santos. **Diretores:** Emil Andery; Laenio Pereira dos Santos; Reinaldo Amorim Lopes; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos. **Contador:** Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. **Atuária:** Manuella Maggessi Garcez - MIBA/MT/2244

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018

I. O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos ("Comitê") da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, até a presente data: • Aprovou a alteração da sua denominação para "Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos"; bem como aprovou as alterações no seu Regimento Interno relacionadas à assunção, pelo Comitê, da atribuição de assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação do sistema de gestão de riscos operacionais e corporativos da Companhia; • Apreciou o relatório da Ouvidoria da Companhia referente ao período social findo em 30 de junho de 2018, bem como ratificou a apreciação dos relatórios da Ouvidoria referentes aos exercícios anteriores; • Supervisionou e avaliou a efetividade e integridade do sistema de gestão de riscos operacionais e corporativos da Companhia, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco a eficácia desse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o sistema de gestão de riscos é eficaz e adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; • Revisou, previamente à sua divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e apta para publicação e envio à SUSEP; • Com relação à auditoria contábil independente e à auditoria

## Parecer do Atuário Independente

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP é responsável pelas provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão

contábil interna, o Comitê tomou conhecimento dos trabalhos executados no curso do exercício de 2018 e concluiu que as auditorias cumpriram de forma eficaz com o escopo dos trabalhos, bem como observaram os dispositivos legais e normativos aplicáveis; • Avaliou e monitorou a eficácia do sistema de controles internos da Companhia, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco a eficácia desse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o referido sistema é eficaz e adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; e • Reuniu-se com o Presidente da Companhia, com os sócios responsáveis pela empresa de auditoria contábil independente e com o Diretor responsável pela área de auditoria interna, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das suas recomendações pela administração da Companhia. II. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. III. O Comitê verificou o atendimento pela Companhia do disposto no caput do art. 15 da Resolução CNSP nº 168/2007 e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. IV. O Comitê aprovou a data da próxima reunião ordinária do Comitê no ano de 2019. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019. Renato Russo - Presidente. Carlos Infante Santos de Castro - Membro. Jorge Augusto Hirs Saab - Membro.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi  
Contador  
CRC 1RJ 081.401/O-5

**Deloitte**